

Eternos Intendentes de Porto Alegre

Margaret Marchiori Bakos¹ (PUCRS, Brasil)

Este artigo está baseado em pesquisa realizada, na década de oitenta e que resultou em minha Tese de Doutorado, defendida na Universidade de São Paulo em 1986, com o título: “A continuidade administrativa no governo municipal de Porto Alegre. 1897-1937”. Dez anos, depois, ela foi publicada pela EDIPUC, a Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com um chamamento mais popular: “Porto Alegre e seus eternos intendentes”.

A pesquisa resgata um período de nossa história marcado por forte influência da filosofia política positivista, caracterizado pelas longas permanências no poder dos administradores da cidade. Entre os anos de 1897 e 1937, Porto Alegre foi governada por apenas três Intendentes: José Montauray de Aguiar Leitão (1897-1924), Otávio Rocha (1924-28) e Alberto Bins (1928-37).

Recentemente, uma resenha do livro, feita por Eduardo Magrone portava, à guisa de introdução, a reflexão que segue:

Nestes últimos anos, Porto Alegre tem despertado a atenção de muitos políticos, intelectuais e lideranças populares. Este interesse pela capital gaúcha está diretamente vinculado ao sucesso político das administrações populares, encabeçadas pelo Partido dos Trabalhadores (...) a atual sucessão das administrações de esquerda é inédita na história da cidade, mas a longevidade político-administrativa não é novidade na história da capital riograndense.

Tal relação entre passado e presente de Porto Alegre, criada por Magrone, a partir da leitura do texto, instigou essa apresentação na Jornada, devido a proposta de promover uma comparação entre os estudos históricos e regionais na América do Sul. Primeiramente, destaco as peculiaridades da história política da capital do Rio Grande do Sul entre 1897 e 1937 e, em segundo lugar, coloco em discussão a incidência da longevidade político-administrativa em outras cidades que compõem o universo dos participantes neste evento.

Em busca do entendimento do continuismo político de quarenta anos em Porto Alegre, ocorreu-me primeiramente a hipótese de que uma permanência de tantos anos no poder fosse característica do momento histórico brasileiro. Isso, no entanto, não se confirmou diante da constatação de que o mesmo não se repetia em outras importantes capitais da federação. Durante o mesmo período em estudo, São Paulo teve 15 governantes, Recife 18, Belo Horizonte, 21 e o Rio de Janeiro, 27.

¹ Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Cogitei, então, outra relação. Para estabelecê-la, considerei a premissa de que a análise de uma cidade ou pequena região deveria ser feita a partir da compreensão do contexto maior no qual se insere.

Assim, relacionei a realidade municipal à estadual, pois o período que se situa entre 1897 e 1937, foi decisivo no que tange ao desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul, traduzindo no político a hegemonia de poder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e no encaminhamento do projeto de governo idealizado por Júlio de Castilhos.

De fato, desde a organização do Partido Republicano Rio-Grandense, em 1882, tendo como lideranças um grupo de jovens gaúchos com formação acadêmica em São Paulo, que as diretrizes da doutrina positivista paulatinamente começaram a fazer parte do ideário do partido. Com a proclamação da República e, principalmente, com a vigência da Constituição Estadual de 1891, muitas dessas premissas passaram efetivamente a ser metas administrativas, caracterizando o ideário castilhista de governo.

Salientamos, entre elas, a concepção da autonomia municipal, sob tutela do governo estadual, que indicava os intendentes e constituía-se na última instância para decisões fundamentais à organização dos municípios.

O poder público municipal de Porto Alegre era representado pelo Intendente (Prefeito após 1930) e seus assessores diretos: o Vice e os Sub-Intendentes, um para cada distrito da cidade. Ao Intendente cabia tomar decisões, legislar por decreto e a seus subalternos cabiam principalmente deveres policiaescos, para assegurar a paz social. Havia ainda o Conselho Municipal, que substituiu as Câmaras do período imperial. Entre 1897 e 1937, reunia-se apenas dois meses por ano para a votação de questões relativas ao orçamento municipal. Foi sua atribuição somente a discussão de questões orçamentárias. Tais funções eram obviamente muito restritas, face o poder do Edil, subalterno apenas ao Governador do Estado. Em 1930, esse órgão passou a chamar-se de Conselho Consultivo e, em 1936, de Câmara Municipal.

No ideário castilhista, a partir da fundamentação de que não há razão para se buscar fontes de legitimidade metafísica do poder político, nem no resultado numérico das eleições, atribuía-se importância extrema à permanência de um governante. O aforisma: “Saber para prever a fim de promover” valorizava a experiência como meio de tornar uma pessoa progressivamente competente no seu trabalho. A legitimidade histórica de um governo reside, segundo a ciência positiva, no acatamento de suas determinações pelos governados.

Assim, foi somente nos primeiros anos da década, mais precisamente em 1924, que José Montaury saiu do posto de Intendente, após nele permanecer por 27 anos. Foi sucedido por Otávio Rocha, que não terminou seu mandato por motivos de saúde, seguindo-se Alberto Bins, que permaneceu na chefia da cidade por uma década.

Porto Alegre, a capital do Estado, gozava, à época, de uma importância singular pelo seu papel de “sala de visitas do Estado”, muito representativo no processo de manutenção da hegemonia política do Partido Republicano Rio Grandense (PRR). Assim, era imperativo que o seu Intendente gozasse da simpatia e confiança do Presidente do Estado e de seus correligionários.

Nos inícios dos anos vinte, a população de Porto Alegre era de aproximadamente 181.985 habitantes, passando para 265.985 em 1930. Tais números revelam um crescimento extraordinário, nessa década, pelo qual ela conquistou, junto a Salvador, Recife e Belém, um lugar entre o pequeno grupo de cidades brasileiras com população entre 200 e 500 mil habitantes. Acima dessas, estavam apenas São Paulo e Rio de Janeiro.

O crescimento populacional de Porto Alegre não se deveu apenas a seu alto índice de crescimento vegetativo, mas também aos movimentos migratórios. A cidade havia se tornado atraente para esses movimentos face à multiplicação de suas fábricas, casas de comércio e serviços relacionados com a educação e os aparelhos de Estado, que ali se encontravam duplamente por ser a sede de dois governos, o municipal e o estadual.

Quem eram e como se relacionavam as pessoas que governaram de forma continuísta Porto Alegre? Vamos analisar os três administradores desta capital. Primeiramente, José Montauray, em segundo, Otávio Rocha, finalizando com Alberto Bins.

É fato sabido que José de Aguiar Montauray ponteou sua vida pelo castilhismo. Todos os indícios por ele deixados valorizam essa postura que, inclusive, parece ter sido o dado mais importante para sua indicação, através de Júlio de Castilhos, para governante da capital do Estado e para a sua efetivação no mesmo por Borges de Medeiros, ao longo de duas décadas.

Montauray nasceu no Rio de Janeiro, em 1858. Formou-se engenheiro pela Escola Politécnica, onde recebeu grande influência da filosofia positivista. Isso facilitou-lhe ser bem aceito no Rio Grande do Sul, atuando como funcionário federal da Comissão de Terras e Estabelecimento de Imigrantes no Estado. O trabalho deu-lhe oportunidade de visitar e fazer-se conhecido em muitos municípios gaúchos como Passo Fundo, Santa Maria, Cruz Alta, Santo Ângelo, Cachoeira, Pelotas, Bento Gonçalves e Garibaldi.

Montauray iniciou no governo de Porto Alegre a aplicação dos princípios da 1ª Lei Orgânica do Município, de 1892. A Lei estabelecia o seu território, a sua divisão em distritos e comissariados, suas rendas, taxas e atribuições. Estipulava que o Governo Municipal deveria ser exercido por um Intendente, com poderes para dirigir todos os serviços, e por um Conselho, em lugar da antiga Assembléia Municipal.

Em 1898, um ano após o início do mandato de Aguiar, encerrou-se o período instável e de legitimação progressiva da república positivista. A Borges de Medeiros, pupilo dileto e sucessor de Júlio de Castilhos, coube consolidar definitivamente a República.

Havia, nesta época, oposição ao PRR e motivos para protestos populares, também. A insatisfação popular era controlada na capital, pois Borges contava, no governo de Porto Alegre, com um parceiro que, apesar de fluminense, era pateticamente fiel ao Partido Republicano Riograndense. Criar a Guarda Municipal, referendar ritualmente a sua devoção a Borges de Medeiros, entre outras atitudes, reconduziu Montauray, através de sete pleitos sucessivos, ao posto de Intendente do município.

A cada reeleição, em 1896, 1900, 1904, 1908, 1912, 1916, 1920, Montauray confirmava, em discurso, sua obediência ao PRR, a Júlio de Castilhos e posteriormente a Borges de Medeiros. Os discursos pouco variaram do que segue:

Suprindo pela lealdade e pelos esforços o que me faltava em competência, procurei corresponder a confiança que me havia sido dispensada; e graças à coadjuvação patriótica do Conselho Municipal, à colaboração dos meus companheiros de trabalho e auxílio da generosa população, o Benemérito Dr. Júlio de Castilhos, findo o mandato, renovou a imerecida distinção que me conferira, julgando necessária a continuidade no cargo, indicando-me para o quadriênio que hoje finda.

O envolvimento rotineiro da imprensa naquelas campanhas tem extraordinária importância, na atualidade, pois nos informa de alguns motivos pelos quais os porto-alegrenses, em duas eleições, clamaram e obtiveram um candidato de oposição a Montauray: ser solteiro, carioca e não ter residência própria no Rio Grande do Sul.

As vitórias de Montauray foram numericamente expressivas, nos pleitos, em que não foi candidato único. Em 1908, Montauray recebeu 5.197 votos, contra os 393 de Antão de Farias. Em 1916, ele venceu Antonio de Moraes Fernandes, com 6.133 votos, enquanto Moraes fazia 622.

Às vitórias os adversários de Montauray reagiam, com críticas às fraudes no processo eleitoral que o conduzira novamente ao poder.

Sem dúvida, trapagens ocorriam, mas as vitórias nas urnas representavam mais que isso. Elas eram indícios definitivos da existência da solidariedade entre os partidários do castilhismo. Certas frases, da época, testemunham isto. Vejamos, por exemplo, aquela pronunciada por um catedrático da Faculdade de Direito - Pinto da Rocha - no discurso que fez em homenagem a Júlio de Castilhos: *Júlio, se houvesse um processo para a cristalização das lágrimas, teu ataúde, por certo, não seria de madeira.*

Os vinte e sete anos de governo de Montauray abarcaram a fase em que, após a primeira guerra, a América passou da hegemonia britânica à norte-americana e o capitalismo, da fase de implantação para a da exploração selvagem.

Havia greves freqüentes de trabalhadores, de diferentes escalões da sociedade. E a preocupação geral, e indignação de todos girava basicamente em torno das questões salariais e da inexistência de amparo social aos funcionários, tanto pelas empresas privadas, como pelo Estado.

Borges de Medeiros contava com forte esquema de policiamento. Colocando a ordem, em primeiro, no lugar do amor. E muitas vezes inverteu-se, nesta época, a prática de outro importante axioma positivista: a integração do proletariado à sociedade de classes. Naqueles tempos, a pobreza, era uma questão de polícia.

À frente de uma administração municipal, cujo artífice mais importante era Borges de Medeiros, ele ficou o tempo suficiente, no governo de Porto Alegre, a ponto de ganhar o apelido de “Eterno Intendente”. Um cognome pouco carinhoso, que demonstrava o fastio da população pela sua permanência de 27 anos no posto.

Enquanto a expansão do capitalismo e as condições de mercado possibilitaram a prosperidade econômica para o RS, tornando viável um desenvolvimento de suas forças de produção, o ‘castilhismo’ dos republicanos atendeu às necessidades da classe dominante gaúcha e da área riograndense em geral.

A crítica a essa política e com a continuidade de Borges Medeiros no governo do Estado realmente ocorreu quando a situação econômica começou a mudar. Em 1922, dentro do próprio PRR cogitou-se da substituição do velho cacique, pelo Deputado Federal Otávio Rocha, para o pleito de Presidente do Estado, daquele ano.

Imediatamente, após tomar conhecimento do fato, Otávio Rocha enviou, do Rio de Janeiro, onde era deputado federal pelo PRR, um telegrama a Lindolfo Collor, diretor de “A Federação”, jornal oficial do partido, no seguinte teor:

Tem chegado aos meus ouvidos alguns jornais tem-se permitido envolver meu nome sucessão Presidência Rio-grandense. Peço vivo empenho que primeira notícia que sobre o assunto for publicada Federação declare, por mim autorizada, que eu penso ser de dever de honra do Rio Grande do Sul, no atual momento histórico mais do que nunca releger Borges de Medeiros que encarna a nossa dignidade e o nosso progresso cívico e econômico - Sou partidário intransigente dessa reeleição. Ainda que nosso chefe não queira. Porque ele não se pertence, e sim ao Rio Grande e ao nosso Partido - Penso assim com inabalável convicção. Afetuosas saudações

À vitória nas urnas, de Montaury, para o governo de Porto Alegre e de Borges, para o do Estado, em 1922, seguiu-se a luta fratricida de 1923, a qual finalizou com o Pacto de Pedras Altas.

O fato foi representativo do declínio da hegemonia do PRR, no Estado. A constituição de 1891 - fonte de legitimação do PRR - foi revisada, permitindo-se o acesso ao poder de outras facções das classes dominantes.

Como no decorrer da campanha contra a quinta reeleição de Borges a crítica fincou pé no continuismo que o PRR propiciava aos seus mandatários e na sua repercussão na economia dos municípios e de todo o Estado, a permanência foi o primeiro dos artigos a ser

modificado na Constituição Estadual e nas Leis Orgânicas Municipais. Pela nova legislação, o Intendente não poderia mais ser reeleito para o quadriênio imediato.

Para suceder a José Montauray de Aguiar Leitão, na Intendência, o PRR, por escolha de Borges de Medeiros, indicou a Otávio Rocha e a Alberto Bins para seu Vice Intendente. A escolha de Rocha foi também, além de política, uma atitude cortês de Borges, para com a pessoa de Otávio Rocha e por sua solidariedade, no momento em que seu prestígio estava sendo posto em cheque, pelo partido.

Otávio Rocha nasceu na cidade de Pelotas, em 23 de setembro de 1877. Era filho de um Comendador de Sintra, Portugal, e de uma jovem local. Foi o mais moço de nove irmãos. Com onze anos foi mandado para o Internato de conceituado educandário, em S. Leopoldo. Com facilidade para a matemática, decidiu-se cursar Engenharia, ao mesmo tempo em que encaminhou-se para o Exército, assentando praça, em abril de 1895, em São Gabriel.

Desde cadete, ele filiara-se ao Partido Republicano Rio-grandense e já mostrava-se entusiasmado pelas querelas político partidárias. Em setembro de 1909, assumiu seu primeiro cargo político, como Deputado eleito à Assembléia dos Representantes do Estado. Dirigiu por esta época, a “Federação” e exerceu o cargo de professor de Geometria e aritmética no Instituto Ginásial de Júlio de Castilhos.

Em dezembro de 1914, exonerou-se do cargo de Secretário de Estados de Negócios do governo de Borges de Medeiros, após exaustiva jornada de inspeção nas Coletorias do interior.

Em 1918, foi candidato avulso, “carancho”, à representação gaúcha da Câmara Federal, pelo 3º Distrito, tendo como competidores chefes federalistas de grande prestígio na fronteira: Pedro Moacyr e Rafael Cabeda. Otávio Rocha obteve a maioria dos votos. Na ocasião do reconhecimento, Wenceslau Braz, amigo pessoal de Rafael Cabeda, propôs que o candidato republicano aceitasse o posto de adido militar junto à Embaixada Brasileira em Paris, afim de que o Chefe Federalista pudesse assumir. Otávio Rocha não aceitou o pacto e expressou, com pessoalidade, seu entendimento sobre a posição que conquistara: *“Nunca venderia minha cadeira - menos minha que de meu Partido - por uma cômoda e rendosa situação no estrangeiro”*.

Otávio Rocha chegou, na idade de 47 anos, metade dos quais dedicado à política partidária, ao governo de Porto Alegre. Ele confessou-se pouco qualificado para cargo administrativo, pois sempre trabalhara como político. Como tal, comprometeu-se a seguir um programa partidário e não pessoal, obedecendo ao lema republicano de “conservar melhorando” e a Borges de Medeiros, como guia:

Antes de organizar o nosso programa, trocamos idéias com o chefe do Partido Republicano Rio-grandense, que dá a todos os seus partidários orientação político-administrativa.

Eleito, em memorável pleito, para o cargo de Intendente Municipal, subiu a 14 de outubro de 1924, nos braços dos correligionários, as escadas do Palácio da Praça de Montevideo, para exercer a sua última função pública. Ela lhe foi muito pesada! Seu governo iniciou em um momento de grave crise nacional que atingiu inevitavelmente o Rio Grande do

Sul. E após a crise de hegemonia que o PRR sofreu com o movimento revolucionário de 1923, tornou-se urgente, ao partido, pensar em uma estratégia para reaver o prestígio que sofrera.

Otávio Rocha, o republicano escolhido por Borges de Medeiros e unanimemente aprovado pelos seus correligionários para representar seu Partido à testa do Governo da Capital do Estado precisou, pois, mostrar logo planos novos. Era mister para ele conquistar simpatias e tomar iniciativas com vistas a estimular e/ou atestar o desenvolvimento capitalista de Porto Alegre, com o qual o PRR estava comprometido. Para isto, Otávio tirou da gaveta o Plano de Remodelação da cidade de Porto Alegre, feito em 1914 pelo Engenheiro Maciel, por solicitação de Montaury.

Novas ruas apareceram, outras foram alargadas e ampliadas, a água passou a ser potável, isto é, distribuída através de canos, como já vinha sendo feito, mas filtrada e purificada. A cidade transformou-se em pouco tempo. Becos desapareceram. Ruas estreitas se abriram. Construiu-se o monumental viaduto, hoje denominado Otávio Rocha, sobre a Avenida Borges de Medeiros, que também foi iniciada. Outras importantes vias de circulação foram começadas, à época, para serem terminadas nas administrações seguintes, por Alberto Bins e, principalmente, por Loureiro da Silva, a partir de 1937.

O capital necessário para a operacionalização do programa veio, de um lado, da recorrência a empréstimos externos e, de outro, do arrocho na cobrança dos impostos, com especial incidência no predial. Otávio Rocha entendia o imposto como um instrumento da sociedade política para regular a civil, nas diferentes instâncias da oferta e da procura. Por isso, procurou arrolar os terrenos baldios e os prédios de aluguel, para taxá-los severamente.

Através de uma reorganização administrativa, Otávio Rocha pôde controlar, pessoalmente, o que ocorria com as novas medidas administrativas. Entre as novas repartições públicas que Otávio criou, estava a Diretoria da Receita, para fiscalizar a reforma dos serviços de lançamento e arrecadação de impostos.

A cada iniciativa remodeladora de Otávio Rocha, seguiam-se matérias de jornais que revelavam o “outro lado” de Porto Alegre, onde não havia vida elegante, cafés ou cinemas repletos, revelando aspectos da miséria anônima nas ruas e nos “pardieiros urbanos”. Elas revelavam que os mendigos aumentavam na cidade.

Repartir com Borges de Medeiros as responsabilidades de decisões tão vitais para a qualidade de vida dos porto-alegrenses amenizava, sem dúvida, a carga de Otávio Rocha, mas não impedia o seu desgaste físico. Ele era a figura pública de choque entre o população da capital do Estado, seu Governador e interesses vários da comunidade.

A saúde de Otávio Rocha foi ficando cada vez mais abalada na proporção inversa das exigências da vida pública, sempre crescentes. As oposições e as críticas que sofria, muitas feitas em base de julgamentos apressados, certamente contribuíram para o seu debilitamento.

Em janeiro de 1928, foram concedidas férias a Otávio Rocha, que ele sequer aproveitou. Recolheu-se à chácara municipal, nos arrabaldes do Partenon, onde viria a falecer no mês seguinte, fevereiro de 1928.

A história de Alberto Bins - Intendente - começou em fevereiro de 1928. Há quatro anos, ele vinha exercendo o cargo de Vice Intendente de Porto Alegre, tendo assumido, inclusive, por duas vezes, como substituto, a direção de negócios.

Encontrava-se ele em sua Granja Progresso, quando ali chegou Pompílio de Almeida para, em nome do Presidente, convidá-lo a assumir a Intendência, uma vez que Otávio Rocha adoecera gravemente.

Após jantar com Borges de Medeiros, no Palácio, Bins foi empossado no novo cargo e o Presidente perguntou-lhe como se sentia ao ter assumido tão inesperadamente o governo da cidade. Bins respondeu que pensava em seu pai, imaginando o que ele teria sentido se em 1854, quando desembarcava como imigrante, tivesse sabido que seu filho iria ser Prefeito da capital do Rio Grande do Sul.

Porto-alegrense, nascido em 1869, Bins estudou na Inglaterra e na Alemanha, de onde trouxe idéias novas, especialmente no ramo da indústria metalúrgica.

Essa ligação com as origens germânicas e sua formação na Inglaterra foram muito benéficas para Bins, pois aumentaram sua visão de mundo, o que implicou em maior disponibilidade para o aprendizado e para ser empresário

O predecessor de Bins - Otávio Rocha - iniciara a concretização de um vasto projeto para a modernização de Porto Alegre. Falecera, porém, em meio de seu trabalho, não mais podendo saldar as dívidas. A Bins cabia, pois, resolver este problema, pagando urgentemente os empréstimos.

Já na primeira sessão da Câmara, Bins causou estupefação com estas palavras:

“Estamos aqui para servir à população de Porto Alegre. Ela não está aí unicamente para nos pagar. A mentalidade nesta casa terá que mudar.

Algum tempo após, constatava que a Prefeitura contava com 3.000 funcionários, quando, segundo ele, precisaria de 1.000. Isto se lhe configurava como uma prova de que a iniciativa privada trabalhava com menos despesa que a pública.

Bins dizia-se representante das classes produtoras por ter participado, em 1926, da fundação do Sindicato do Arroz e, em 1927, da VARIG, primeira empresa aérea comercial a funcionar no País, além de ter sido Presidente da Associação Comercial de Porto Alegre e responsável por indústrias importantes no Estado, como a União de Ferros, Cofres Berta e outras.

Ele também propunha-se a amparar o operário, pois conhecia a luta dos trabalhadores europeus e respeitava os direitos deles, fundando em 1930 um Comitê com a

finalidade de estudar a situação dos brasileiros. Ao mesmo tempo, criava sindicatos de apoio aos industriais.

Segundo Joseph Love, conhecido brasilianista, o talento de Bins na organização dos sindicatos e a cobertura de Getúlio às atividades da pecuária contribuíram para melhorar as relações do PRR com o Partido da oposição, criaram expectativas junto aos trabalhadores e um clima de que os problemas sociais seriam resolvidos, sem perdas e danos para ninguém.

Na eleição para a sucessão municipal de Porto Alegre de 1928, o continuismo iniciado com a primeira gestão de Montaury, em 1897, tem prosseguimento com a indicação pelo PRR de Alberto Bins para Intendente da capital, em um pleito sem concorrentes oficiais.

Em Porto Alegre, na “boca das urnas”, os eleitores agitaram de forma inusitada, votando em candidatos não oficiais. De fato, a eleição registrou um recorde de abstenções. Em 15 de agosto de 1928, Alberto Bins foi eleito por 7.456 votos. O número não chegava a ser expressivo se considerarmos que, em 1924, o PRR conseguiu 12.000 eleitores.

Vivenciava-se, enquanto isso, uma crise político-econômica no País, cujo desfecho seria a deposição do Presidente da República Washington Luís no episódio da revolução de 30.

Pelo processo, que todos conhecemos bem, em outubro de 1930, Getúlio Vargas foi guindado, do Governo do Estado, para à Presidência do Governo Provisório da República e no mês seguinte, como parte de um programa de regeneração, assumiu poderes ditatoriais.

Em novembro de 1930, Alberto Bins, solidário desde o início com a revolução, entrou em contato com os Intendentes do interior do Estado, pedindo-lhes que aguardassem instruções de como agir nos seus municípios, pois, através de João Neves da Fontoura, solicitava ao Governo Revolucionário a manutenção dos Conselhos Municipais.

No entanto, o decreto de novembro de 1930, dissolveu todos os corpos legislativos do País. Alberto Bins, em mensagem ao Chefe do Governo Provisório, manifestou que aceitava as medidas, por reconhecer nelas a possibilidade de uma liberdade de ação no Governo Provisório. Conferia, como se lê no telegrama, *“absoluta, incondicional solidariedade e apoio grande obra salvação republicana”*. No dia 14, desse mês, foram extintos também os mandatos dos Intendentes Municipais.

O decreto de dezembro de 1930, baixado por Flores da Cunha - Interventor no Rio Grande do Sul, reconduziu Alberto Bins à chefia de Porto Alegre, fato que ele agradeceu em telegrama enviado a Flores, a Lindolfo Collor, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, Joaquim Francisco Assis Brasil e Oswaldo Aranha, entre tantos.

Em um mês de governo revolucionário, sob comando de interventores nomeados pela Presidência do Governo Provisório, os Estados retrocederam, em termos políticos, principalmente à situação de província.

Flores da Cunha mostrou, de um lado, atitudes conciliatórias nomeando, por exemplo, Intendentes libertadores para alguns municípios. De outro, continuou a política castilhistas de controle. Vejamos como exemplo, a carta que ele enviou a Alberto Bins, em janeiro de 1931:

Estranho sobremaneira que houvesse feito publicar o edital a respeito dos serviços transviários da capital, sem previamente submeter a minha apreciação a respectiva minuta, bem como a nomeação do Dr. Leovegildo Paiva para fiscal da Prefeitura junto às Companhias Carris e Energia Elétrica, quando eu vos escrevera declarando ter candidato.

A saudações cordiais que finalizavam a carta não atenuavam o seu teor autoritário.

Entretanto, ser um homem rico e muito bem relacionado permitia a Bins ter atitudes de independência em relação à autoridade política maior do Estado. Certa feita, Bins desapontado com a interferência de Flores da Cunha nos assuntos municipais, declarou-se disposto a renunciar ao cargo. São suas palavras: *Se o senhor não me quiser mais como Prefeito de Porto Alegre, então volto à fábrica de cofres.*

O tempo que Alberto Bins dedicou ao governo de Porto Alegre, em prejuízo de seus negócios particulares, rendeu-lhe, em lugar de lucros, muitas dores de cabeças. Além de ser destituído do cargo, após 37, por Getúlio Vargas, ele ainda sofreu uma série de acusações sobre seus procedimentos, enquanto na administração da cidade, foi compelido a confessar, que a cidade de Porto Alegre, devido ao seu endividamento, estava ingovernável.

Toda a história é contada sob a perspectiva de seu epílogo. Voltando, pois, à questão central desta fala – como foi possível um período tão longo de continuísmo no governo de Porto Alegre - conclui-se que é difícil apontar uma resposta objetiva. É preciso, certamente, valorizar a liderança no Partido Republicano Riograndense coesa em torno das formas de legitimação do poder municipal, bem como o recurso do voto “a cabresto” e das fraudes, para abafar a oposição. Os homens escolhidos para o governo de Porto Alegre mostraram-se fiéis a Júlio de Castilhos, primeiramente, e a Borges de Medeiros, a seguir, desde os seus discursos de posse até as resoluções das questões administrativas importantes. Eles cercaram-se de funcionários igualmente confiáveis que cuidaram de manter a continuidade.

Esta pesquisa evidencia que a longevidade político-administrativa não é novidade na história da capital gaúcha. Esta realidade, em princípio impar, estimula novas pesquisas que permitam um estudo comparativo com outras cidades do universo dos participantes deste evento.

Referências bibliográficas

BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*, Porto Alegre, EDIPUC: 1986.
MAGRONE, Eduardo. *Os eternos intendentes de Porto Alegre*.
[Ntp://www.artnet.com.br/Gramsci/arquiv91.num](http://www.artnet.com.br/Gramsci/arquiv91.num)